

Saúde

Saudável separação

Não foi por acaso que em um dos marcos do processo de modernização da organização social, a Revolução Francesa, no final do século XVIII, fez-se a separação formal de Igreja e Estado — para o bem dos dois. A primeira passou a se proteger da tóxica contaminação a que estava exposta ao se imiscuir com o poder temporal; o segundo pôde passar a agir sem amarras de conteúdo religioso para melhor servir aos cidadãos, e até para garantir o exercício livre de qualquer credo. O poder político migrou de conventos e igrejas para sedes de governo — “Cesar” e “Deus” encontraram os respectivos e adequados espaços. No decorrer da História, toda vez em que se misturam, há algum tipo de constrangimento.

Atuais e trágicos exemplos são regimes teocráticos que subjugam no Oriente sociedades de passado e cultura milenares. Em nome de divindades são cometidos crimes hediondos contra a Humanidade. Outro caso trágico desta simbiose equivocada entre poder temporal e crença religiosa é a cegueira e crueldade do terrorismo islâmico. Mesmo a Europa, cenário do Iluminismo, não escapa da má influência da politização de questões e costumes religiosos: a França, berço da revolução modernizadora de 1789, chegou ao ponto de, no século XXI, estabelecer limites a costumes religiosos — o uso da burca. Em nome do laicismo, característica essencial do Estado republicano, patrulham-se fiéis. O mesmo acontece na Suíça, no veto à construção de novos minaretes.

Se considerarmos que o Brasil foi “inventado” com o desembarque da família real, em 1808, quando, com D. João VI, chegaram instituições do mundo moderno do início do Século XIX, o país se tornou sede do Império português com “Cesar” e “Deus” nos devidos

lugares. Sem se entender com isso que autoridades da Igreja estivessem aliadas do jogo político. Não estavam, nem estão. A questão é saber se o Estado laico estará condicionado por limites religiosos, quaisquer que sejam eles. A indesejada contaminação religiosa da campanha para a Presidência da República foi um alerta para que se volte a proteger o território da política, e da definição de qualquer programa de governo, da influência de grupos de pressão de religiosos. Não foi a primeira vez que o aborto serviu para galvanizar apoios e rejeições a este ou àquele candidato. Dilma Rousseff, por ter defendido no passado a liberdade de escolha da mulher neste cam-

po, passou a ser alvo de ativos lobbies. O assunto também foi explorado pela campanha do tucano José Serra, e a campanha passou uma fase de hipocrisia crônica, em que Dilma e Serra deram contritas demonstrações de fé, seja na visita ao santuário de Aparecida ou na sucessiva citação de “Deus” em entrevistas e no horário eleitoral. E ficou de lado o único aspecto que interessa, no tema, para um Estado laico: reduzir o número de mortes entre mulhe-

res, por se submeterem a abortos em clínicas clandestinas, sem os cuidados adequados. Morre uma mulher, nessas condições, a cada dois dias no país. No SUS, em 2009, foram 183,6 mil atendimentos de mulheres com complicações pós-aborto.

Em vez da discussão sobre o que deve ser feito na parte preventiva — planejamento familiar, educação sexual — e no atendimento no SUS, a questão foi reduzida a quem era contra ou a favor do aborto. Dilma e Serra se declararam contrários, e a vida real transcorrerá como sempre: com as complicações decorrentes de abortos clandestinos sendo um dos mais elevados índices de mortes entre mulheres na rede pública de saúde.

São necessárias
políticas públicas
em defesa
da saúde da
mulher
